



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Breaking News #25

A China precisa mudar?

FEVEREIRO DE 2019

Sobre o CEBRI

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente, que contribui para a construção da agenda internacional do Brasil. Há vinte anos, a instituição se dedica à promoção do debate plural e propositivo sobre o cenário internacional e a política externa brasileira.

O CEBRI prioriza em seus trabalhos temáticas de maior potencial para alavancar a inserção internacional do país à economia global, propondo soluções pragmáticas na formulação de políticas públicas.

É uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente. Hoje, reúne cerca de 100 associados, que representam múltiplos interesses e segmentos econômicos, e mobiliza uma rede de profissionais e organizações no mundo todo. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por renomados diplomatas, intelectuais e empresários.

www.cebri.org

EQUIPE CEBRI | Diretora Executiva: **Julia Dias Leite** | Gerente Geral: **Luciana Gama Muniz**
| **PROJETOS** > Coordenadora: **Monique Sochaczewski** | Coordenadora: **Cintia Hoskinson**
| Assistentes: **Carlos Arthur Ortenblad Jr.**; **Gabriel Torres**; **Teresa Rossi** | Estagiários:
Luiz Gustavo Carlos; **Mônica Pereira** | **COMUNICAÇÃO** > Coordenadora: **Carla Duarte**
| Consultor: **Nilson Brandão/Conteúdo Evolutivo** | Assistente: **Gabriella Cavalcanti**
| **EVENTOS** > Coordenadora: **Giselle Galdi** | Assistentes: **Beatriz Garcia** | Estagiária:
Danielle Batista | **INSTITUCIONAL** > Coordenadora: **Barbara Brant** | Assistente: **Gina**
Leal | Secretária Executiva: **Danielle Justa** | **ADMINISTRATIVO** > Coordenadora: **Fernanda**
Sancier | Assistente: **Ana Beatriz Paiva** | Serviços Gerais: **Maria Audei Campos**

FICHA TÉCNICA BREAKING NEWS | Texto: **Janaína Camara da Silveira** | Projeto Gráfico:
Presto Design

Todos os direitos reservados: CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS -
Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044
Tel + 55 21 2206-4400 - cebri@cebri.org.br - www.cebri.org

No dia 29 de janeiro de 2019, o Embaixador Marcos Caramuru, que esteve à frente da Embaixada do Brasil na China entre 2016 e 2018, participou da mesa-redonda “A China precisa mudar?”, evento organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), no Rio de Janeiro.

A mesa foi composta pelo Conselheiro do CEBRI Pedro Malan, pontuado por comentários do Embaixador Marcos Azambuja.

Os temas centrais foram a ascensão tecnológica da China, a disputa comercial com os Estados Unidos e suas consequências e o estágio atual da relação da China com o Brasil.

Tais enfoques foram pontuados por questões relativas à institucionalidade chinesa e seus reflexos na condução da política e da economia por parte do poder central em Pequim, que tem na própria estrutura subnacional, nomeadamente os governos locais e provinciais, entraves para a implementação de medidas que poderiam significar maior abertura para a China, caso da política fiscal.

O detalhamento do debate é o conteúdo da edição do Breaking News #25. Aproveitamos para agradecer ao Embaixador Marcos Caramuru, ao Conselheiro Pedro Malan, ao Embaixador Marcos Azambuja, demais conselheiros, associados e público presente ao evento.

Breaking News #25

A China precisa mudar?

FEVEREIRO DE 2019

As controvérsias recentes envolvendo a China e os Estados Unidos são o tema atual quando se reflete sobre a própria China, seu passado e seu futuro, chamando a atenção internacionalmente. Trata-se da relação bilateral mais importante do mundo nesta primeira metade do século 21, e os embates entre os dois países não só já provocaram ajustes de um lado e outro, como têm consequências em outras economias.

Na condução da política e da economia chinesas, o momento indica que a China mudou, e, principalmente, que continuará mudando, seja em relação a suas políticas internas, seja nas suas formas de participação no comércio internacional e investimentos. Tais mudanças passariam por reformas levando à maior abertura de mercado e a mais seletividade nos subsídios governamentais a setores específicos. É fundamental neste ponto olhar para a estratégia *Made in China 2025*, anunciada pelo governo central em 2015, e que refere-se a uma política de incentivo às indústrias chinesas para conquistar excelência em 10 setores de manufatura avançada, apostando (e investindo) em produção nacional. Os eleitos são tecnologia de informação e inteligência artificial, robótica, aeroespço e equipamentos, tecnologia naval e equipamentos, trens de alta velocidade, veículos e equipamentos movidos a novas energias, geração de energia, biofármacos e produtos médicos e implementos agrícolas. Neste guarda-chuva de manufatura tecnológica está também uma política ambiciosa de conteúdo nacional - e de campeões nacionais - a fim de que a China produza até 2025 70% do conteúdo localmente.

Pequim reafirma que busca maior abertura, mas reformas em questões fiscais e de proteção à propriedade intelectual continuam sem avanços na perspectiva de alguns dos outros países que transacionam com a China. É interessante perceber que nesta China em constante mutação, a sociedade acompanha tal movimento. Um exemplo trivial é o fato de quase não se utilizar mais dinheiro físico no país asiático, pois as transações rotineiras são feitas via celular, com escaneamento de códigos QR - até pedintes os utilizam nas ruas para coletarem esmolas. Tal processo de modernização causa certa distorção na cabeça dos chineses, que percebem que o mundo está atrasado e, se antes tinham enorme curiosidade sobre o Ocidente, hoje já o vêem com menos interesse.

Mesmo ante tal dinamicidade, nota-se que o país opera com visões de longo prazo para seus interesses nacionais, a partir dos quais espera construir o seu futuro. Isso se expressa na sociedade moderadamente próspera que o Partido almeja construir até 2021, data do centenário de sua criação, ou no projeto *Made in China 2025*, citado anteriormente.

Porém, a controvérsia comercial China e EUA, precipitada por esse último, provoca hoje a necessidade de ajustes para os quais não havia preparo em Pequim. Há um sentimento entre os formadores de opinião chineses de que a China deveria ter feito concessões no primeiro momento da contenda, a fim de que o governo de Donald Trump pudesse moderar as questões comerciais e mesmo outras que também estão no cerne da disputa e que são ligadas à transferência de tecnologia e ao acesso ao mercado chinês. Estas, inclusive, encontram respaldo não apenas entre Republicanos, mas também Democratas nos EUA, segundo os debatedores.

A estratégia chinesa desde o primeiro momento foi baseada apenas em questões comerciais, a partir dos termos do acordo de adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC). Tais negociações deveriam ser lideradas por funcionários com bom trânsito nos EUA, caso do vice-presidente Wang Qishan, um dos mentores da política financeira do governo Hu Jintao (2003-2013), Liu He, atual vice-premiê chinês e com passagem pela Harvard Kennedy School, além de Yan Jechie, que foi embaixador nos EUA durante muitos anos. Houve, no entanto, um descompasso no tempo para a definição dos interlocutores norte-americanos, e apenas Liu He se mantém à frente das negociações.

CONTEÚDO RECOMENDADO

China e a tecnologia

Reportagem da edição de 12 de janeiro da revista The Economist discorre sobre o desenvolvimento da tecnologia da China e de como o país procura ser uma potência no setor.

Red moon rising - Will China dominate science?



Foto: The Economist

<https://shop.economist.com/products/january-12th-2019?redirect=US>

Quanto à retaliação comercial, a China não tem chances de ganho com a estratégia, dado o fato de ser superavitária na relação com os EUA. Na OMC, cuja relação com a China é tema de livro branco apresentado em junho de 2018 pelo vice-ministro do Comércio, Wang Shouwen, há um entendimento por outros países de que os termos de adesão da China não são adequados atualmente, o que poderia levar a renegociação, algo que Pequim não estaria disposta a realizar agora.

Quando a China ingressou na OMC, havia uma percepção por parte de muitos de que o país asiático enfrentaria dificuldades ou acabaria por se aproximar de uma economia inserida no capitalismo de mercado e regimes multilaterais que administravam o comércio internacional. O país não foi reconhecido como economia de mercado e baixou tarifas, além de permitir mais investimentos estrangeiros. No entanto, sua política econômica nem fracassou, nem caminhou na direção do capitalismo.

A contenda entre China e EUA, segundo um dos participantes da mesa, era inevitável, porém, pode ter sido precipitada pelo governo Trump. Isso porque uma potência não chega ao poder conquistado pela China sem suscitar reação. Ainda que haja sinais de instabilidade, acredita-se que o sentido de pragmatismo dos chineses acabará por se impor.

Investimento estrangeiro na China

A transferência de tecnologia é parte importante da contenda comercial, e muitas vezes se dá por meio da formação de *joint-ventures*. O temor é de que, mesmo que não seja mandatório estabelecer uma empresa nestes moldes, outras regulações acabem por

forçar este tipo de aliança, seja, hipoteticamente, por meio de limitações sobre número de funcionários estrangeiros ou acesso a redes internacionais de comunicação. Tal insegurança é reforçada pelo fato de o Judiciário ser dominado pelo Estado, o que tem influência em decisões, abarcando temas como propriedade intelectual.

Hoje, há sinalização de acesso mais flexível ao mercado nos serviços financeiros, médicos, hospitalares e educacionais, o que é considerado insuficiente pelos norte-americanos. Para o setor automobilístico também houve relaxamento nas tarifas.

Porém, quando o debate é sobre os subsídios estatais chineses, a questão que se impõe é o fato de que a estrutura de tributação e de isenção é subnacional, com competição e regras definidas pelos governos locais. Mudar tal realidade é alterar a estrutura do Estado e de seu relacionamento com o setor público, um esforço considerado de difícil conclusão, caso seja iniciado.

Outro foco é o apoio a empresas públicas, que formam 100 mil unidades na China e que têm acesso facilitado ao setor financeiro, também basicamente estatal, e ao sistema tributário, por meio do qual o governo pode interferir setorialmente.

Há solução?

Segundo os integrantes da mesa-redonda, o cenário atual leva a crer que não haverá solução definitiva para a questão envolvendo China e EUA. Neste contexto, os americanos terão sempre certo espaço para exercer pressão, e a China sente impactos para além do comércio.

O primeiro impacto é político, com efeitos em relação à imagem do presidente Xi Jinping, cuja estratégia de enfrentamento comercial adotada desde o início não foi vista como a mais adequada. Apesar disso, seu mandato deverá ser renovado em 2023, como prevê a alteração da constituição chinesa aprovada em março de 2018, retirando o limite à recondução do presidente e do vice aos cargos. Ainda assim, é importante destacar que Xi Jinping poderia se manter como secretário-geral do Partido Comunista da China e Presidente da Comissão Militar Central, dois postos de relevância e poder na hierarquia política e executiva da China.

O segundo impacto é econômico. No comércio propriamente dito não se sentiu no curto prazo,

CONTEÚDO RECOMENDADO

Mandato de Xi Jinping sem limites

Reportagem da edição de 1º de março de 2018 da revista The Economist faz análise sobre as sessões parlamentares que garantiram o fim do limite para mandatos do presidente e vice na China.

How the West got China wrong

It bet that China would head towards democracy and the market economy. The gamble has failed



Foto: The Economist

<https://www.economist.com/leaders/2018/03/01/how-the-west-got-china-wrong>

pois o mercado se antecipou ao aumento de 25% das tarifas que deveria vigorar a partir de 1º de janeiro (o que não ocorreu, depois de reunião entre Xi Jinping e Trump realizada em dezembro, em Buenos Aires), e o resultado comercial continua positivo para a China. Entretanto aumentou a insegurança quanto a novos investimentos e ao futuro da economia, levando a uma possível reorganização das cadeias produtivas que hoje têm a China como ponto final.

CONTEÚDO RECOMENDADO

O novo cenário político da China e a ascensão de Xi Jinping

A 19ª edição da Carta Brasil-China editada pelo Conselho Empresarial Brasil-China traz o perfil das estruturas do Partido Comunista da China e do Governo.

Carta Brasil-China



Foto: CEBC

http://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/carta-brasil-china/Ed_19.pdf

Como a economia está se desacelerando, o setor privado está sob pressão. No caso das pequenas e médias empresas privadas, continua a dificuldade de acesso a empréstimos, mesmo depois de medida para reduzir o compulsório na China e indicação do governo aos bancos para que concedam empréstimos a este segmento da economia.

A China precisa mudar?

A China precisa mudar, embora a capacidade de questionar o seu próprio modelo econômico seja reduzida dentro das esferas de poder. Parece claro que chineses terão de fazer mais concessões do que pensavam, e a aposta é que estas ocorram nas importações e nas tarifas aplicadas. No entanto, há a percepção de mais dificuldade na realização de reformas econômicas estruturais.

No campo internacional, há ações criticadas, tais como a *Belt and Road Initiative* (BRI), que em português seria Iniciativa do Cinturão e da Rota. Muitos dos projetos incluídos neste programa, que visa ampliar infraestrutura física e digital com fi-

nanciamento chinês por diversos países do mundo, teriam baixa rentabilidade, além de serem de difícil execução, exigindo compensações estatais para as empresas, como menor tributação, por exemplo. Obras realizadas no continente africano também são alvos de crítica. Como dito no painel, não falta liquidez ao mundo e à China, mas sim bons projetos. Pequim inclusive liderou a formação de dois bancos multilaterais de desenvolvimento, o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e o *New Development Bank* (NDB), comumente chamado de Banco dos BRICS, por ter os cinco países - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - como membros fundadores.

É importante atentar para o fato de que só um país como a China tem condição de atuar em projetos de baixa rentabilidade, graças em parte a suas reservas internacionais, mas também dado o perfil de assumir riscos. Os investimentos chineses anuais no exterior

são da ordem de US\$ 120 bilhões, e já houve um pico de US\$ 180 bilhões, num modelo muitas vezes experimental, que aumenta a capacidade das empresas e internacionaliza seus quadros funcionais ao mesmo tempo em que projeta a China. É um comportamento contrário ao do Ocidente, apegado à ideia de risco, e componente importante do dinamismo chinês.

Para além de ser uma estratégia de penetração no cenário internacional, os chineses acreditam que investimento em tecnologia sempre tem retorno. Assim, investem em projetos que não têm impacto no curto prazo, mas que em algum momento terão.

Talvez a Venezuela force a China a um cenário que foge dos contatos bilaterais a que o país está habituado nas suas relações comerciais e de investimentos internacionais, caso o país sul-americano venha a declarar insolvência. Quando isso ocorre, a prática dos credores é formar consórcios em entendimentos coletivos, o que forçaria a China a novas estratégias de concertação. Os mercados estimam em US\$ 60 bilhões o valor investido pela China na Venezuela, não confirmado pelos chineses. A maior parte dos empréstimos tem como origem o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, na sigla em inglês) e a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), estatal do setor que nega oficialmente que tenha presença na Venezuela.

Dentro de casa, a China poderia discutir temas como a flexibilização do câmbio e adotar uma política monetária mais transparente. Existem correntes fortes que pedem mais abertura e menos presença estatal, além de menos privilégios a estatais, o que, mais uma vez, esbarra nas regulamentações intraprovinciais.

Avanços

Em áreas como tecnologia digital, com ramificações no comércio e em transações financeiras, a China está muito avançada, como por exemplo na área de reconhecimento facial e sistemas de pagamentos via celular. Como no país não há discussões relativas à privacidade, há uma capacidade de testar soluções que outros países não têm. Para além disso, a China tem atraído talentos internacionais, aumentando a capacidade de desenvolvimento em tecnologia. Neste contexto, no cenário global vão se criar entraves,

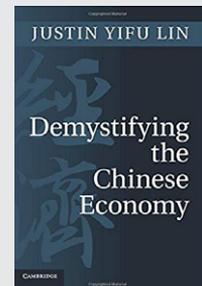
CONTEÚDO RECOMENDADO

Tecnologia como motor de desenvolvimento

O economista chinês Justin Yifu Li, que já foi economista-chefe e vice-presidente senior do Banco Mundial, destaca a tecnologia como central no processo de desenvolvimento econômico chinês.

Demystifying the Chinese Economy

Cambridge University
Press, 2012



como já ocorre hoje com a empresa de telecomunicações Huawei. A expectativa é de que esta e outras companhias chinesas enfrentem cada vez mais limitações internacionais.

Os chineses têm limites no desenvolvimento de tecnologia, caso da inteligência artificial, mas fazem esforços como criação de centros de pesquisa em países como os EUA e a Alemanha, absorvendo capacidade. As empresas chinesas também têm avançado na compra de empresas estrangeiras, outra estratégia de *catching up* tecnológico.

CONTEÚDO RECOMENDADO

Íntegra do discurso de Xi Jinping

O Presidente chinês identificou as metas para 2021 e 2049 em discurso durante o 19º Congresso do Partido Comunista da China, em outubro de 2018.

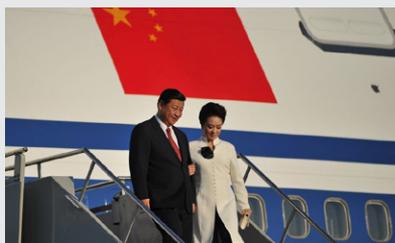


Foto: APEC2013

<http://www.cebri.org/portal/noticias/leia-integra-do-discurso-de-xi-jinping-na-abertura-do-19-congresso-do-partido-comunista-da-china>

Relações com o Brasil

O Brasil hoje acredita que a China tem um interesse ilimitado e permanente no agronegócio e nas *commodities* daqui. No entanto, segundo os debatedores, tal cenário pode mudar no longo prazo. Além disso, o Brasil percebe a China como um financiador de projetos ou comprador, mas o país sul-americano não está atento ao fato de que no Brasil os chineses buscam projetos rentáveis. A China percebe o Brasil como um país emergente relativamente seguro para investimento, com regras estáveis e, neste contexto, o investimento deverá permanecer.

Na decisão do investimento chinês, pesam, segundo o painel, quatro fatores: i) capacidade de diálogo, ii) experiência de outras empresas chinesas no local, iii) o negócio propriamente dito, iv) o ambiente econômico em que se encontram e v) escala e dimensão do mercado brasileiro. O setor elétrico brasileiro, por exemplo, tem duas grandes empresas chinesas operando, a *Three Gorges Corporation* (CTG), e a *State Grid*.

Estas empresas têm entre 10% a 20% de seus ativos no exterior, dos quais o Brasil concentra a metade. Com a iminente privatização da Eletrobras, será inevitável permanecer no Brasil, o que pode significar crescer. Para o Brasil, é importante frisar que não há o que temer, desde que haja boa regulação do setor e boa diplomacia.

Estruturalmente, é interessante para o Brasil que o crescimento chinês seja sustentado, e não sistematicamente apoiado pelo Estado. No curto prazo, o país sul-americano deve continuar sendo exportador de *commodities*, composição de mais de 80% da pauta do que é vendido aos chineses, ainda que já haja na cesta itens como proteína animal, celulose, entre outros.

China no mundo

As políticas internas da China caminham na direção correta para reduzir a poluição. O país trabalha para mudar sua matriz energética, consciente de que não pode imprimir velocidade excessiva a tal transformação. Na área de energia solar e eólica, acredita-se que a China tenha sua capacidade instalada no limite, já que tratam-se de fontes instáveis para abastecimento da rede. Assim, empresas desses segmentos estão ampliando a presença no exterior. Apoiado nesse processo e em um discurso de estímulo ao multilateralismo, é possível que a China exerça cada vez mais protagonismo e preponderância em questões ambientais no palco global dada a retração norte-americana nos termos do Acordo de Paris.

Em paralelo, há poucas dúvidas de que a China caminhará em uma direção ascendente, embora a estrada seja tortuosa, até mais do que se imaginava há poucos anos. Isso se dá não só pela controvérsia com os EUA, mas há resistência em setores privados europeus, por exemplo, oferecendo um cenário para a China muito mais complexo do que se via até recentemente.



“

Na guerra comercial entre China e Estados Unidos, parece claro que os chineses terão que fazer mais concessões do que inicialmente projetaram. Mas os resultados ainda são incertos e os temas estruturais de longo prazo serão o maior desafio.”

- Embaixador Marcos Caramuru, Conselheiro Internacional do CEBRI

“

A crise entre Estados Unidos e China não era “evitável” e era também irresistível. Uma potência não conquista o poder que a China conquistou sem suscitar reação.”

- Embaixador Marcos Azambuja, Membro do Conselho Curador do CEBRI



Biografias

Marcos Azambuja

O Embaixador Azambuja serviu como Embaixador do Brasil na França e na Argentina, assim como Chefe da Delegação do Brasil para Assuntos de Desarmamento e Direitos Humanos em Genebra. Foi Coordenador da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cúpula da Terra Rio 92). No Ministério das Relações Exteriores, serviu como Secretário-Geral (Vice-Chanceler), tendo previamente atuado em Londres, Cidade do México e Nova York (ONU). Foi membro da Comissão de Armas de Destruição em Massa e do Fórum de Tóquio para a Não proliferação Nuclear e Desarmamento. O Embaixador Azambuja é atualmente membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Fundação Roberto Marinho.

Marcos Caramuru

Embaixador do Brasil junto à China, é formado pela Academia Diplomática Brasileira e graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi Chairman da KEMU Consultoria, Cônsul Geral em Xangai, Vice-Ministro de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e Diretor Executivo do Banco Mundial.

Pedro Malan

Pedro S. Malan foi Ministro da Fazenda (1995 - 2002). Presidente do Banco Central (1993-1994). Negociador-chefe da dívida externa (1991-1993). Foi também representante do Brasil na Diretoria Executiva do Banco Mundial e do BID em Washington e como Diretor de órgãos da Nações Unidas em Nova York. Desde 2003, é membro de vários conselhos de empresas no Brasil e no exterior. Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio. Doutor em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley. Autor de *Uma Certa Ideia de Brasil: Entre passado e futuro* (Intrínseca, 2018).



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquéres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Conselho Curador

Aldo Rebelo

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

José Roberto Castro Neves

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Marcos Galvão

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

Andrew Hurrell

Felix Peña

Julia Sweig

Kenneth Maxwell

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

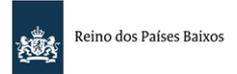
Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

ASSOCIADOS

Em fevereiro de 2019



Sócios Individuais

Adriano Abdo
Álvaro Augusto Dias Monteiro
Álvaro Otero
Arminio Fraga
Carlos Leoni de Siqueira
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Claudine Bichara de Oliveira
Daniel Klabin
Décio Oddone
Eduardo Marinho Christoph
Eduardo Prisco Ramos
Fernando Bodstein
Fernando Cariola Travassos
Fernão Bracher
Frederico Axel Lundgren
Gilberto Prado
Henrique Rzezinski
Jaques Scvirer
João Felipe Viegas Figueira de Mello
João Roberto Marinho
José Francisco Gouvêa Vieira
Larissa Wachholz
Leonardo Coelho Ribeiro

Marcelo Weyland Barbosa Vieira
Marcio João de Andrade Fortes
Maria Pia Mussnich
Mauro Ribeiro Viegas Neto
Mauro Viegas Filho
Najad Khouri
Paulo Ferracioli
Pedro Brêtas
Pedro Leitão da Cunha
Ricardo Haddad
Ricardo Levisky
Roberto Abdenur
Roberto Amadeu Milani
Roberto Guimarães Martins-Costa
Roberto Pereira de Almeida
Roberto Prisco Paraiso Ramos
Roberto Teixeira da Costa
Rosana Lanzelotte
Sergio Zappa
Stelio Marcos Amarante
Thomas Trebat
Tomas Zinner
Vitor Hallack
Winston Fritsch



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2018 o terceiro melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade de Pensilvânia.

www.cebri.org